COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.245, DE 2009 (Mensagem nº 332/2009)

Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, e dá outras providências.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado ELISEU PADILHA

COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

Na reunião ordinária de 13/10/2009, iniciou-se a discussão de parecer proferido por esta Relatoria quanto ao projeto em epígrafe, no sentido da constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

Iniciada a discussão no Plenário desta Comissão, foi mencionada a má técnica legislativa da proposição que, além da concessão do Bônus Especial de Desempenho Individual aos servidores do DNIT, contem mais três matérias, totalmente distintas da principal:

- altera a Lei nº 10.997, de 2004, reabrindo prazo para opção pela Carreira do Seguro Social (arts. 6º e 7º);
- altera a Lei nº 11.907, de 2009, para estender o Adicional por Plantão Hospitalar - APH, aos servidores dos hospitais universitários, vinculados ao Ministério da Educação, do Hospital das Forças Armadas, vinculado ao Ministério da Defesa, e de hospitais

relacionados, vinculados ao Ministério da Saúde (art. 8º); e

- autoriza o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a conceder bolsas para alunos e professores vinculados a programas e projetos voltados a populações indígenas, quilombolas e do campo (arts. 9º a 13).

No entendimento dos nobres Colegas que participaram dos debates nesta Comissão, tais matérias deveriam ter sido encaminhadas pelo Poder Executivo em projetos autônomos, em face do que dispõe o art. 7º, I e II, da Lei Complementar nº 95, de 1998, segundo os quais “excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto” e “a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.” Nesse caso, incidiria a hipótese do art. 57, III, do Regimento Interno, que faculta às comissões a divisão em proposições separadas dos projetos que tratem de mais de um objeto.

Concordando com os argumentos expostos, e tendo em vista o entendimento firmado pela douta Presidência desta Casa no sentido de não aceitar nem mesmo as medidas provisórias que versem sobre mais de um objeto, apresento a esta Comissão a presente complementação de voto, a qual conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa dos arts. 1º a 5º, 14 e 15 do projeto, com emenda que suprime os arts. 6º a 13 da proposição, bem como recomendando o desmembramento dos dispositivos suprimidos em proposições autônomas, aplicando-se, dessa forma, o disposto no art. 57, III, do Regimento Interno desta Casa.

Em face do exposto, nosso voto é:

- a) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 5.245, de 2009, com a emenda supressiva em anexo;
- b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa das Emendas nºs 2 e 3 de Plenário; e
- c) pela divisão, em proposições separadas, dos arts. 6º e 7º (primeira proposição), 8º (segunda proposição), e 9º a 13 (terceira proposição) do projeto, bem como da

Emenda nº 1, de Plenário, na forma do art. 57, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ELISEU PADILHA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 5.245, DE 2009

Dispõe sobre a concessão de Bônus Especial de Desempenho Institucional - BESP/DNIT aos servidores do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, e dá outras providências.

EMENDA Nº

Suprimam-se os arts. 6º a 13 do projeto em epígrafe, para a constituição de proposições autônomas, na forma do art. 57, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, renumerando-se os artigos remanescentes do projeto.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado ELISEU PADILHA
Relator